

A Escola e a Comunidade
Escolar na Avaliação da Escola
Pública de Minas Gerais

Ana Lúcia Antunes(1)

Maria Alba de Souza(2)

Introdução

A qualidade na educação básica oferecida pela escola pública brasileira, embora venha ocupando a pauta de preocupações dos governos, a partir dos anos 80, substituindo, paulatinamente, a ênfase na expansão da oferta, somente converteu-se em política prioritária, claramente definida em planos e programas educacionais públicos, na atual década.

O início dos anos 90 encontra o Brasil com uma cobertura de atendimento educacional da população de 7 a 14 anos da ordem de 87%, patamar que, apesar de elevado, convivia com indicadores de natureza qualitativa que caracterizavam a incapacidade do sistema educacional público de associar o acesso à permanência na escola com qualidade e equidade para uma clientela marcada por profundas desigualdades sociais (MEC, 1993).

(1,2)Dirigentes; da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, onde vêm amando na Superintendência de Desenvolvimento do Ensino e na Diretora de Avaliação Educacional. Trata-se de profissionais com larga experiência em Educação, que têm participado do processo de avaliação da escola pública de Minas Gerais, pioneiro no Brasil, desde o seu início, tendo publicado alguns amigos a respeito.

E nesse contexto que começam a surgir, se afirmar e ganhar importância as políticas e os programas públicos realmente voltados para a melhoria da qualidade, quer seja os de âmbito nacional, como os de iniciativa do Ministério da Educação, quer seja os originados e definidos por unidades federadas que, coincidentemente, no início da década (1991), davam início a um novo "tempo político"quadriênio 91/94.

Já se percebe, no início da década, que a melhoria da qualidade da educação não se constitui em meta que possa ser alcançada ou em curto prazo ou por fórmulas mágicas que se orientem por ações isoladas. Foi-se firmando, então, em quase todo o território nacional, a idéia de que a instalação e o desenvolvimento de uma política de qualidade na Educação pressupõem a existência de um sistema de avaliação que, num primeiro momento, proporcione o conhecimento do sistema educacional que se quer melhor e, em seguida, passe a avaliar, regularmente, o seu desempenho, sobretudo no que se refere ao substrato de sua ação finalística: o ensino ministrado pelas escolas públicas.

Por outro lado, há que se referir, por sua relevância, ao fato de que a busca da qualidade da educação na escola pública tem sido, também, um reflexo da necessidade sentida pela sociedade e pelas comunidades. Pais, organizações não-governamentais, igrejas, setores produtivos, parlamentares, meios de comunicação, opinião pública, organismos internacionais, todos têm, cada vez mais, buscado sua intervenção na formulação das políticas educacionais, e a "qualidade" tem ocupado lugar comum em suas reivindicações. Os governantes, além de estarem atentos para incorporar, em suas formulações políticas e programáticas, as legítimas demandas da sociedade e das comunidades, tiveram de se preparar para estarem aptos a informar a sociedade e as comunidades escolares sobre o desempenho das escolas públicas que elas utilizam e custeiam. Em síntese, firma-se no contexto da educação pública, no Brasil, tanto pelo lado da oferta, quanto pelo da demanda, o "consenso de que é preciso criar mecanismos de avaliação e de prestação de contas, ou seja, começarmos a construir uma cultura avaliativa" (MELLO, 1996).

Em Minas Gerais, a preocupação com a melhoria qualitativa da educação está presente e bem delineada nas prioridades de governo estabelecidas em 1991 no Programa de Educação para o Estado de Minas Gerais, para o quadriênio 91/94, e que vêm orientando ações efetivas até hoje, num processo de continuidade salutar. Como já se afirmou, o problema da qualidade em Educação é uma preocupação da sociedade como um todo e, conseqüentemente, é responsabilidade de todos. E para que a sociedade possa melhor compreender a realidade educacional, ela deve obter informações relevantes, significativas, sobre as características fundamentais da escola, do seu contexto e dos seus resultados. Para que a comunidade escolar e a sociedade se sintam também co-responsáveis pelas escolas de seus filhos, há necessidade da sua presença como parceiras no processo educacional, não apenas exigindo o acesso à educação, mas também construindo mudanças significativas e necessárias no contexto educacional, ou seja, exigindo uma escola de qualidade.

O mecanismo colocado em prática pela Secretaria de Estado da Educação, para efetuar um diagnóstico do sistema educacional, foi a implantação de um Programa de Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais, instituído em fevereiro de 1992 e que vem sendo desenvolvido sem solução de continuidade.

A avaliação do sistema educacional do Estado foi enfocada como elemento básico e instrumento fundamental para o conhecimento da realidade educacional, para a identificação dos pontos críticos e, conseqüentemente, para a melhoria, a implementação e o acompanhamento das ações necessárias para se atingir a qualidade na Educação. (SOUZA, 1995)

O Programa de Avaliação de Minas Gerais - Características Gerais

Convém reportar-se, ainda que sucintamente, ao Programa de Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais, à época de sua concepção e implantação, que remonta ao início da atual década. Ter-se-á, assim, a oportunidade de situar a Avaliação da Escola Pública, em Minas Gerais, como sendo, a um só tempo, uma **exigência constitucional** destacada dentro do princípio de garantia da qualidade do ensino(3), uma **política pública** firmada pelo Governo Estadual para o período 91/94 e que perdura no atual quadriênio (95/98) e uma das cinco **prioridades** da Secretaria da Educação(4), dentro de uma proposta ampla, consistente e articulada que elegeu como meta-síntese a qualidade do ensino que as escolas ministram.

Para atender e concretizar, por meio de ações efetivas, o preceito constitucional referido e as responsabilidades assumidas pelo Governo do Estado e pela administração setorial da Educação, concebeu-se, programou-se e vem-se realizando, em Minas Gerais, o Programa de Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais, instituído oficialmente em 18/1/92 (Resolução nº 3 G.908/92 do Senhor Secretário de Estado da Educação de Minas Gerais).

Fundamentos

Fundamentaram a instituição do mencionado Programa de Avaliação, dentre outros, os seguintes argumentos e evidências:

- *havia compromisso expresso do Governador e da Secretaria de Estado da Educação de propiciar as condições necessárias para a construção de uma escola pública autônoma e de qualidade;*
- *era importante estabelecer-se uma cultura avaliativa preocupada com problemas de relevância para o ensino;*
- *havia necessidade de se resgatar a função do "ensino"; centrando a atuação da escola na satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos;*

3 constituição do Estado de Minas Gerais de 21/set./89 - art. 196 - item X, alínea "a", in verbis. "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

X-garantia do padrão de qualidade, mediante:

a) avaliação cooperativa periódica por órgão próprio do sistema educacional, pelo corpo docente e pelos responsáveis pelos alunos."

4 Para conhecer as políticas públicas e prioridades educacionais de Minas Gerais, desde 1991, vide publicação Política educacional de Minas Gerais - prioridades-Compromissos - Ações - Secretária de Estado da Educação de Minas Gerais, março/94.

- *havia urgência na produção de informações sobre escolar, regiões e população específicas que orientassem a formulação de programas de compensação ou discriminação positiva para atendimento a dificuldades evidenciadas;*
- *era imprescindível produzir informações que subsidiassem o estabelecimento de políticas de desenvolvimento de recursos humanos e de adequadas estruturas curriculares;*
- *havia interesse em se informar a sociedade e a comunidade educacional sobre o desempenho das escolas estaduais;*
- *era relevante fundamentar decisões que objetivassem melhoria na administração do sistema educacional, em resultados avaliativos cientificamente apurados.*

A Avaliação Sistêmica e a Política Educacional do Estado

A avaliação do rendimento dos alunos da escola pública estadual tem sido considerada, desde 1991, como prioridade indissociável das outras quatro que compõem o Programa Mineiro de Educação -**autonomia da escola, fortalecimento da direção da escola, desenvolvimento dos profissionais da Educação e integração com os municípios.**

Constitui-se, assim, em componente importante e propulsor das mudanças que se vêm processando nas escolas de Minas Gerais, desde 1992, todas voltadas para o fortalecimento de um sistema descentralizado do ensino, com autonomia administrativa, financeira e pedagógica das escolas, cujos avanços já delimitam ganhos efetivos e significativos e apontam para a construção de um futuro promissor para a Educação no Estado. Entenda-se, portanto, a prioridade "Avaliação da Escola", bem como o programa dela decorrente, como parte integrante de um "planejamento estratégico concebido a partir de um levantamento de nossos problemas e de uma definição realista de metas, prioridades, estratégias e recursos" (GOULART, 1994).

É importante enfatizar que é exatamente esse caráter indissolúvel das ações voltadas para a avaliação sistêmica das escolas, em relação ao planejamento global que envolve também as ações referentes às outras quatro prioridades da educação pública mineira, formando um todo coerente e articulado, que justifica algumas decisões que determinaram a configuração do Programa de Avaliação das Escolas que vem sendo realizado no Estado, a que seria oportuno também referir-se, a título de caracterização geral.

Avaliação externa X avaliação interna

Decisão importante quando se pretende implementar sistemas de medição do rendimento de alunos alude à escolha do organismo responsável pela administração de todo o trabalho que a medida acarreta.

HORN et alii (1991), ao enumerar recomendações gerais para os governos da América Latina que se propõem colocar em prática "sistemas de medição do rendimento acadêmico

de alunos", enfatizam:

en principio, da mayor parte del trabajo de diseño y puesta en práctica de la evaluación debrua contratar-se con organización sim fines de lucro, independientes y estables. (5)

Não obstante, a *Secretária da Educação* de Minas Gerais decidiu realizar ela mesma a avaliação de suas escolas e não entregar a alguma instituição especializada a realização de tão importante e *necessária atividade*. Era imprescindível iniciar-se e formar-se rapidamente uma "cultura da avaliação" que *permeasse todos* os três níveis da administração educacional - central (Secretaria), regional (Delegacias Regionais de Ensino) e local (escolas) - e imprimisse, de imediato, às ações avaliativas o caráter de "permanência" e não de "modismo". Esperava-se, de início (como de fato aconteceu), uma reação negativa do sistema às avaliações do rendimento do aluno. Essa resistência inicial com *certeza não* teria sido afastada se não se *envolvessem todos* - Secretaria, órgãos regionais e escolas - na realização da avaliação, atribuindo, de imediato, ao Programa de Avaliação um sentido de participação irrestrita de pessoas e recursos da escola, com características de continuidade e realidade, permitindo uma articulação constante e duradoura entre diagnóstico de situações reais e proposta de intervenção globalizada que se desdobra em projetos, metas, ações efetivas e recursos. A opção por trabalhar com consultoria externa(6) conjugada com direção e coordenações locais, prevendo-se envolvimento e participação de *equipes centrais*, regionais e locais, todas formadas por *especialistas, técnicos* e profissionais vinculados funcionalmente ao Poder Público Estadual, foi decisiva na instalação da "cultura de avaliação" no Estado, como se poderá aferir pela leitura do inteiro teor do Programa que ora se caracteriza.

A *competente e experiente consultoria* externa contratada responsabilizou-se pela condução dos aspectos teóricos e metodológicos da avaliação, repassando, continuamente, por meio de treinamento em serviço, a técnica avaliativa indispensável à implantação e à administração de programas dessa natureza. Os administradores, técnicos, professores e especialistas do Estado incumbiram-se, ainda, da coordenação e realização das experiências avaliativas, em sintonia constante com a consultoria externa, que sempre esteve presente em todas as fases de operacionalização do Programa.

A universalização das experiências de avaliação

Outra característica que reforça a peculiaridade do Programa de Avaliação da escola pública mineira refere-se ao caráter censitário dos projetos de avaliação do rendimento do aluno levados a efeito desde 1992. Tecnicamente, uma vez que se trata de um programa que avalia o sistema em sua totalidade (escolas, *regiões, Estado*), a tendência mais comum e adequada seria a utilização de "amostragem" em lugar de "censos". Considerando-se, no entanto, a indissolubilidade (já enunciada) da "avaliação da escola" em relação às outras

5 HORN, Robin et alii. Establecimiento de sistemas de medición dei rendimiento académico eu América Latina. Informe d 9, División de Recursos Humanos del Banco Mundial, septiembre de 1991.

6 A consultoria externa foi atribuída ao pesquisador Heraldo Marelim Vianna, da Fundação Carlos Chagas, São Paulo-SP

prioridades, optou-se pela universalização das experiências de avaliação. Assim, os projetos de avaliação coletam informações de todos os estabelecimentos do Estado, aplicando os instrumentos de medida a todos os alunos da série que está sendo avaliada. A opção por uma avaliação censitária -ainda que numa avaliação por amostra obter-se-iam resultados igualmente confiáveis - veio, conforme VIANNA et alii, com a intenção deliberada de:

- criar uma cultura da avaliação em todo o sistema;
- influenciar sobre a qualidade das práticas avaliativas que cada escola usa, por meio dos instrumentos utilizados;
- possibilitar que todas as escolas, seus professores e seus alunos realizem uma auto-avaliação;
- levar os professores a uma atividade cooperativa;
- identificar as escolas que necessitam de maior assistência e de melhores condições de trabalho;
- positivar escolas de melhor desempenho;
- contribuir para que todas as escolas alcancem sua autonomia, sobretudo pedagógica.

Embora o Programa se revista de caráter censitário, no que se refere à inclusão de todas as escolas públicas estaduais, a amostragem encontra-se presente em dois momentos, a saber:

- na seleção das séries escolares: somente cinco entre as onze/doze séries do Ensino Fundamental e Médio são objeto de avaliação;
- na distribuição dos alunos da série escolar que serão submetidos à prova dos conteúdos incluídos na avaliação. Assim, cada aluno da série avaliada é submetida à testagem em apenas um dos conteúdos avaliados (Português, Matemática, Ciências ou ainda História, Geografia, Física, Química, Biologia e matérias pedagógicas, dependendo da série e do nível de ensino).

Abrangência da Avaliação: Ciclos e Séries Escolares

Planejado para realização em ciclos de dois anos, o Programa envolve avaliações do **rendimento dos alunos** do Ciclo Básico de Alfabetização - CBA e de mais quatro séries escolares, complementadas por estudos de aspectos relevantes referentes aos **insumos da escola** (dados dos alunos, de seus pais, seus professores e da escola que frequentam); ao **processo** por que passam em seu percurso escolar (relações escola/órgãos regionais/Secretaria e relações entre escola/família/aluno, relações entre professor/ aluno/processo de ensino/aprendizagem); e, ainda, ao produto, como dados de rendimento (taxas de repetência, de evasão etc.).

O ciclo e as séries escolares que estão sendo avaliados foram selecionados por critério de relevância em relação à posição que ocupam no Ensino Fundamental e Médio, levando-se

em conta estudos anteriormente realizados e problemas já identificados, assim como considerando os objetivos e as metas atuais do sistema educacional, globalmente considerados. Foram selecionados, então, para serem objeto de avaliações sistemáticas, todos os alunos, das turmas diurnas (e noturnas quando fosse o caso), das seguintes séries:

- **CBD - Ciclo Básico de Alfabetização**, situando-se o momento da avaliação no início da 3ª série, com o objetivo de verificar em que condições de aprendizagem os alunos concluem a mais importante fase de sua vida escolar: a alfabetização;
- 5ª. série do Ensino Fundamental, incluída por se constituir em série escolar crítica sob vários aspectos, a citar: início da segunda metade do Ensino Fundamental, com caracterização diferenciada das quatro primeiras séries (multidocência, currículo por áreas de estudo e disciplinas estanques etc.); registro de altos índices de repetência e retenção de alunos; grande número de alunos em fase de grandes mudanças e dificuldades psicossociais advindas, por exemplo, do período de adolescência e de ingresso precoce no mercado de trabalho, dentre outros;
- 8ª. série do Ensino Fundamental, para avaliar a terminalidade desse nível de ensino que, em Minas Gerais, ainda representa o encerramento da vida escolar da grande maioria do aluando que frequenta a escola pública;
- 2ª. série do Ensino Médio, para avaliar importantes áreas de conteúdo da educação geral nesse nível de ensino, sem que se corra o risco de ver refletida nos resultados a influência dos cursos preparatórios para o acesso ao 3º. Grau que ocorre na 3ª. série do Ensino Médio;
- 3ª. /4ª. série da Habilitação para o Magistério de 1ª. a 4ª. série do Ensino Fundamental, selecionada por representar interface significativa com o Ensino Fundamental, na medida em que prepara docentes para atuação no CBA, 3ª. e 4ª. séries.'

A Participação da Escola

A partir de março de 1991, a equipe da Secretaria da Educação já conhecia o desafio que teria pela frente: "transferir para a escola o poder de decisão até então concentrado nos órgãos central e regionais" (GUIA NETO, 1992). O compromisso assumido publicamente pela Secretaria da Educação com a Escola, de lhe garantir todos os meios para que ela promovesse a sua autonomia pedagógica, administrativa e financeira, por si só justificaria a importância da participação dos profissionais da escola na implantação de todas as ações que viessem a ser deflagradas com o objetivo de atender a qualquer das prioridades definidas pelo governo, entre as quais se destacava a Avaliação da escola.

Concebeu-se, então, um *modus operandi* da avaliação sistêmica do rendimento do aluno, em que o envolvimento de todos os profissionais da Educação em atuação na escola foi

fundamental para o sucesso de um programa que tinha como pressuposto o comprometimento de todos e a criação de uma cultura avaliativa. O Programa foi colocado para a Escola, antes mesmo de sua operacionalização, como uma oportunidade que o Sistema de Educação estaria oferecendo para se conhecerem, efetivamente, as mazelas do ensino pública e para indicar em que direções poderia esse ensino ser alterado e melhorado. Mostrou-se, ainda, como uma avaliação sistêmica poderia servir realmente de apoio ao processo ensinoaprendizagem, proporcionando, tanto ao aluno como ao professor, informações necessárias, imediatas e específicas para o aprimoramento de todo o processo educacional.

Assim sendo, a implementação do Programa ficou sob a responsabilidade de todos os segmentos educacionais - Secretaria da Educação, Superintendências Regionais de Ensino, Escolas Estaduais, Comunidade Escolar -, num processo compartilhado de gerenciamento e de descentralização, atendendo ao contexto da política educacional de autonomia da escola.

Ganha destaque o papel da escola no Programa de Avaliação do Estado, na medida em que ela é a instância que assume a coordenação, a supervisão local da avaliação, ou seja, a ela é atribuída a principal responsabilidade da avaliação - submeter às provas todos os alunos da série que está sendo avaliada.

À equipe da escola, composta pelo diretor, vice-diretor, pedagogos e professores, cabe a coordenação e supervisão das ações que serão desenvolvidas, visando garantir a realização da Avaliação, tais como:

- divulgação da avaliação - por meio de cartazes, folhetos, circulares e outros, na própria escola, em rádios e jornais locais, comunidade na qual a escola está inserida etc. Promoverá também a divulgação mediante reuniões com pais de alunos, Colegiado da Escola, alunos e outros;

- preparação dos recursos humanos-participando de eventos promovidos pela SEE/MG, estudando documentos e coordenando a composição e o treinamento das equipes locais da própria escola para o desempenho das atribuições próprias de cada função:

- Coordenação/Supervisão;

- Aplicação das Provas;

- Controle de Qualidade.

Convém salientar que a função do Aplicador de Provas, no Programa de Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais, é exercida por professores da própria escola, selecionados, preferencialmente, entre os que atuam na regência de turmas da série que está sendo avaliada, em número suficiente para assumir a aplicação das provas nas turmas organizadas para a avaliação. A segurança do aplicador ao repassar as instruções aos alunos e a eficiência no desempenho de suas atribuições contribuem para a eficácia dos resultados da Avaliação que está sendo processada na escola. Além de sua participação nessa fase da coleta dos dados na escola, cabem ao professor o estudo e a análise dos resultados da avaliação de sua escola e de seus alunos, sendo que, em última análise, depende dele a utilização dos dados e informações constantes dos resultados em seu fazer pedagógico do dia-a-dia, com o objetivo

constante de obter melhores padrões de desempenho escolar de seus alunos.

- Coordenação e Supervisão da realização da avaliação na escola - além de receber, conferir e acondicionar material, compõe comissões, enturma alunos especificamente para a avaliação, garante condições adequadas de realização, notifica os pais ou responsáveis pelos alunos sobre os objetivos da avaliação e da importância da participação do aluno, o grande colaborador do processo.
- Elaboração dos Relatórios de Resultados - após a aplicação dos instrumentos de avaliação, os dados são coletados e consolidados; tabelas estatísticas são preparadas e a análise dos dados e a produção de um relatório se fazem necessárias.

Os resultados são expressos em porcentagens de respostas corretas, agrupadas em tabelas padronizadas, e, por meio de treinamentos e manuais de orientações, a Secretaria da Educação assegura a todos os segmentos envolvidos no processo da avaliação condições para análise e interpretação dos resultados, em cada avaliação, de modo que os participantes possam considerar o desempenho geral dos alunos e os pontos críticos do processo educacional. Acentua-se a importância dessa análise pela escola na medida em que ela pode detectar com mais segurança as situações de êxito e/ou os pontos de estrangulamento no ensino para que a própria escola possa decidir sobre a continuidade do processo ou selecionar meios para nele interferir, quando se fizer necessário.

A equipe responsável pela análise dos dados e produção do Relatório é composta pelo diretor da escola, que é o responsável pela constituição e coordenação da equipe, formada por professores das disciplinas avaliadas, representantes dos pais de alunos que atuam na avaliação como controladores de qualidade e por especialistas da Educação da unidade escolar.

- Divulgação e Utilização dos Resultados - para garantir que se alcance uma das metas principais da avaliação, que é produzir ganhos para a aprendizagem dos alunos promovendo melhorias na qualidade do ensino, é fundamental comunicar informações adequadas às autoridades apropriadas, de forma clara e precisa.

Compete à coordenação de cada escola divulgar o resultado final da avaliação a todos os profissionais da unidade, aos pais, colegiado, comunidade escolar, promovendo eventos que proporcionem a discussão dos resultados obtidos. Todos precisam se comprometer a utilizar as informações obtidas a fim de melhorar o que precisa ser melhorado. As informações podem ser extremamente eficientes em ajudar professores e diretores de escola a tomarem decisões, apoiar o que for mais efetivo e reforçar as áreas que parecem mais fracas.

A escola, portanto, incorpora a seus planos de ação atividades embaladas em indicadores válidos e confiáveis, que permitem melhorar sua ação educativa e julgar a efetividade do ensino. Os resultados proporcionam a definição de um plano estratégico, identificando prioridades e possibilitando um monitoramento do seu desenvolvimento, estimulando ainda a escola em seus esforços por alcançar maior qualidade.

A Participação da Comunidade Escolar

No processo de grandes e profundas mudanças no campo educacional que Minas Gerais está conhecendo desde 1991, ganham destaque a "participação" e a "co-responsabilidade pela gestão" em nível da comunidade escolar e da sociedade como um todo, no âmbito da escola pública. Nota-se, hoje, claramente, como fruto inconteste das mudanças vivenciadas pela escola, uma grande preocupação dos dirigentes e profissionais com sua responsabilidade na prestação de contas aos seus usuários mais próximos - os alunos e seus pais - e com a necessidade de contar com a participação da comunidade escolar na gestão institucional, numa perspectiva mais abrangente. Consolida-se no *locus* da escola pública mineira uma cultura que, segundo MELLO & SILVA (1993), apresenta como traços mais importantes:

- *a escola pertence à comunidade - professores, diretores, alunos e seus pais;*
 - *o interesse do usuário da escola, alunos e pais, deve predominar sobre os interesses corporativos e clientelistas;*
 - *os usuários da escola têm o direito a um ensino de boa qualidade(...);*
 - *(...) só a comunidade organizada poderá acompanhar e fiscalizar o trabalho escolar, cooperar jura que ele produza os resultados de um bom ensino.*
- Como parte integrante desse movimento de mudança, a "Avaliação da Escola" incorporou em seu modelo operacional a necessária e oportuna participação da comunidade escolar, representada pelos pais dos alunos.*

Criou-se a função de Controlador de Qualidade, exercida sempre por pai de aluno ou pessoa por ele responsável, integrante do Colegiado da Escola e que é indicado pelo próprio Colegiado. A avaliação da escola foi, ao longo de cada oportunidade de avaliação do rendimento dos alunos, por meio da atuação do "pai-controlador da qualidade", abrindo um espaço bastante eficaz que tem propiciado à comunidade escolar, a um só tempo, presenciar como a escola e a Secretaria da Educação estão avaliando o rendimento de seus alunos e, se julgar conveniente, interferir na atividade de avaliação, com suas observações e contribuições, diretamente ou por via dos relatórios da função exercida.

Caracteriza-se a função, essencialmente, pela observação atenta e acurada da execução das atividades durante **todas as fases do trabalho na escola**. Deve o Controlador de Qualidade observar e fazer anotações simultaneamente à realização de cada fase ou atividade, para posterior registro no relatório que deverá ser preenchido quando terminar o trabalho no nível da escola.

O interesse dos pais, manifestado no comparecimento às chamadas para as reuniões, no acompanhamento dos trabalhos .no dia da avaliação, na elaboração de relatórios finais, nas discussões em torno da qualidade de ensino da escola freqüentada por seus filhos, representa sua preocupação por um ensino de melhor qualidade.

Paralelamente a essa participação formal no processo de avaliação, têm a comunidade escolar e a sociedade assimilado positivamente o seu papel nesse processo de mudança, em que a melhoria da qualidade do ensino é a meta de todos. Já se tem observado a assunção dos pais de sua responsabilidade pela cobrança de melhores serviços educacionais para seus filhos, e a avaliação sistêmica, seu processo de realização e seus resultados têm sido fartamente utilizados

pelos usuários do sistema escolar nessa sua postura de consumidor atento de um serviço que vai interferir decisivamente no futuro de seus filhos, estudantes da escola pública. Inúmeras evidências dão conta desse processo irreversível de tomada de consciência dos pais dos alunos e de sua decisão por interferir no nível de ensino oferecido pela escola pública, em Minas Gerais.

Constitui prática comum de nossos dias, por exemplo, o questionamento de pais de alunos manifestado ao sistema público de ensino sobre o desempenho das escolas que procuram. Informações sobre os resultados das escolas, nas avaliações sistêmicas, fornecidas pela Secretaria da Educação, Superintendências Regionais e pelas próprias escolas, têm-se constituído em fator decisivo na escolha das escolas.

Como exemplo de interferência processual e de produtos, com base nos resultados da avaliação, pode ser citada a definição de metas de melhoria de médias obtidas na avaliação sistêmica, estabelecidas com o consenso de pais e, às vezes, por sua exigência formal, em reuniões dos Colegiados Escolares que avaliam os resultados da escola, nas pesquisas levadas a efeito. Nessas ocasiões, buscando-se sempre um consenso, são levantadas as estratégias que a escola vai utilizar para o alcance da melhoria pretendida.

Com muita freqüência são sugeridas formas de atuação integrada, escola-comunidade - em que fica evidente a participação consciente e responsável do segmento "pais de alunos", não somente em sua ação direta (como por exemplo, na fixação de alternativas de atendimento reforçado em casa), como na interferência positiva na definição de estratégias de responsabilidade da escola e de professores.

É dessa forma que a participação da comunidade escolar, mais especificamente dos pais dos alunos, tem-se efetivado como uma parceria de grande importância no processamento da avaliação do rendimento dos alunos, esperando-se, inclusive, que as formas de participação e, sobretudo, de cooperação se tornem cada vez mais organizadas e capazes de contribuir para o alcance de melhores níveis de produtividade.

Os Resultados de Pesquisas Realizadas - Alguns Dados e Fatos

Um sistema de avaliação que tenha aceitação e credibilidade pública - este foi o pensamento inicial no momento da implantação do Programa de Avaliação de Minas Gerais. Os resultados referentes à Avaliação do Rendimento do Aluno da 3(a) série do Ensino Fundamental-egresso do Ciclo Básico de Alfabetização - AVACBA, realizada em março de 1996, revelam uma atitude positiva, não só da escola como também da comunidade escolar.

O Questionário da Escola, nesse ano de 1996, em que se realizou a terceira etapa da AVACBA em 5.013 escolas, objetivou avaliar as experiências de Avaliação realizadas pelo Sistema Educacional em momentos anteriores, nos anos de 1992 e de 1994. Ele foi dirigido ao diretor da escola, aos especialistas e professores que atuavam no CBA e na 3ª. série do Ensino Fundamental. A resposta dada a cada questão deveria refletir o pensamento de toda a equipe e principalmente a realidade da escola. Para 74% dessa equipe, as melhorias na escola, decorrentes das avaliações anteriores, foram significativas; para 68%, foram de caráter docente; e para 67%, a avaliação serviu como um processo de auto-avaliação, como se pode observar no gráfico 1, a seguir.

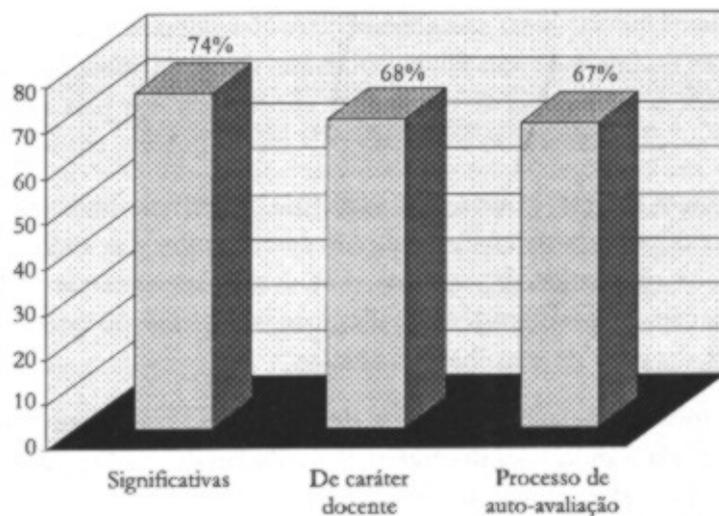


Gráfico 1- AVACBA/96: Questionário da Escola - Melhorias na Escola Decorrentes da AVACBA - % de Escolas - 92/94
 Fonte: DAVE/SEE/1996.

Ao serem questionadas sobre o nível do Programa de Avaliação da Escola que vem acontecendo nas escolas públicas desde 1992 e sua aceitação pela comunidade escolar, as equipes das 5.013 escolas avaliadas assim se posicionaram: 92% consideram o Programa ótimo ou bom; 78% concluíram que a comunidade escolar (pais, alunos, professores, especialistas e Colegiado) aceitou bem o Programa; e 18% o aceitaram parcialmente. Os gráficos 2 e 3, a seguir, ilustram esses resultados.

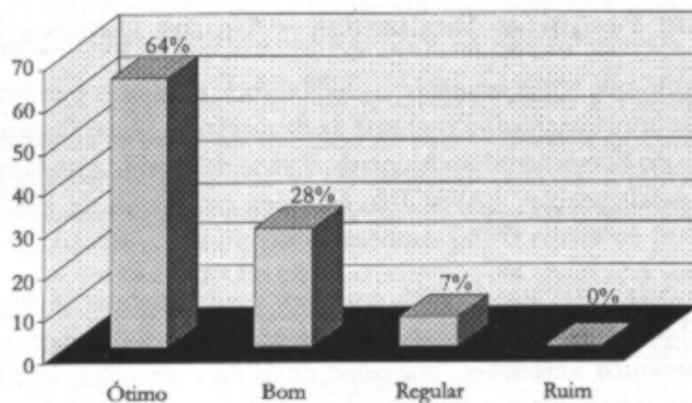


Gráfico 2 -AVACBA/96: Questionário da Escola - Programa de Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais - Opinião da Escola - % de Escolas
 Fonte: DAVE/SEE/1996.

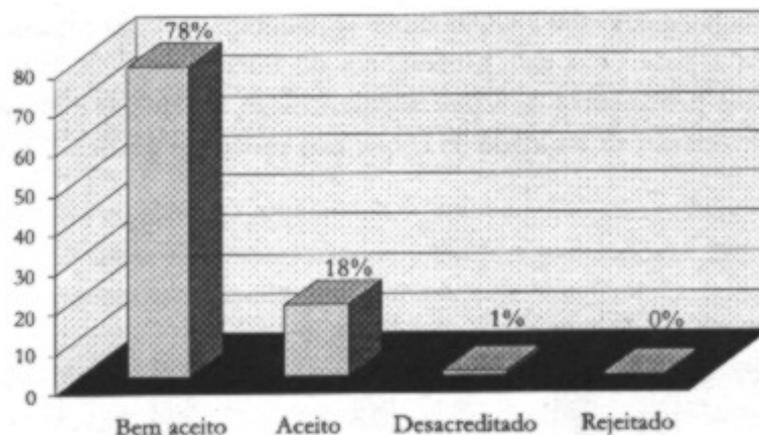


Gráfico 3 - Questionário da Escola - Programa de Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais - Aceitação pela Comunidade Escolar - % de Escolas
 Fonte: DAVE/SEE/1996.

O "planejamento das atividades curriculares" foi pontuado como a principal aplicação dos resultados da Avaliação do Rendimento do Aluno Egresso do CBA por 77% das equipes das escolas avaliadas. Quanto à periodicidade com que os resultados são trabalhados na escola pelos professores, 67% das equipes disseram analisá-los "freqüentemente" e apontaram que 60% dos professores o fazem, como demonstra o gráfico 4.

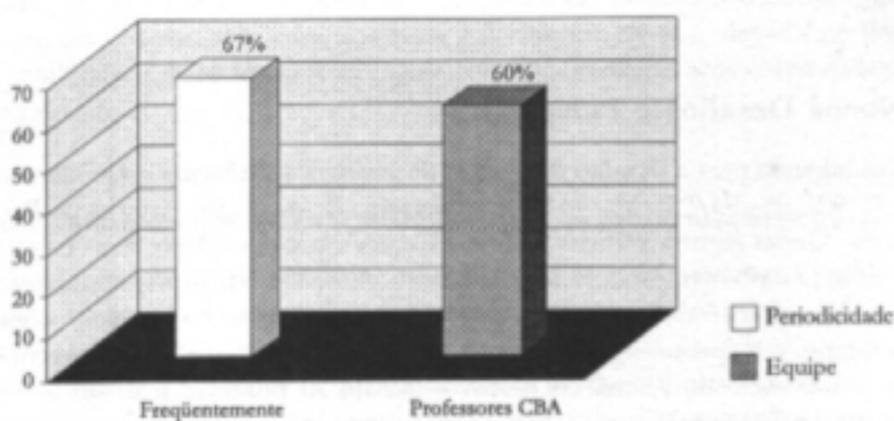


Gráfico 4-AVACBA/9G: Questionário da Escola-Análise dos Resultados -AVACBA 92/94 - % de Escolas
 Fonte: DAVE/SEE/1996.

A avaliação viabilizou para 70% das escolas interrogadas reprogramar o trabalho pedagógico dos alunos do CBA; e para 77% dos professores de Português, 72% dos *professores de Matemática* e 71% dos *professores de Ciências*, identificar, replanejar e trabalhar conteúdos em que foi constatada maior dificuldade. É o que nos mostra o gráfico 5 a seguir.

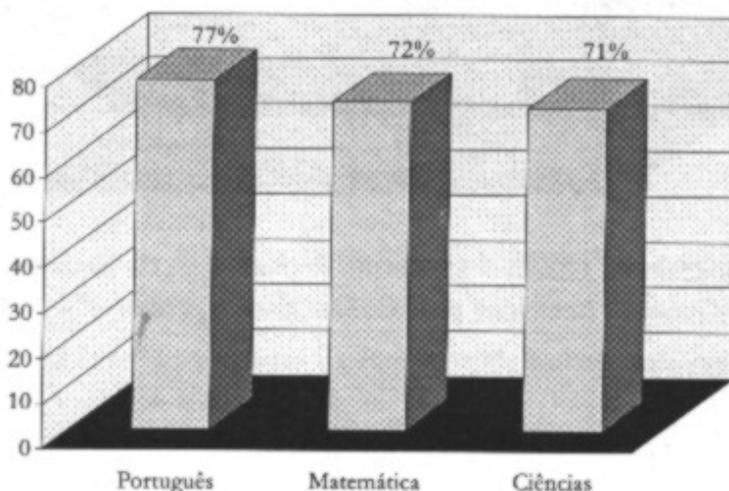


Gráfico 5 - AVACBA/96: Os resultados da AVACBA 92/94 permitiram aos professores, principalmente: identificar, replanejar e trabalhar conteúdo em que foi constatada maior dificuldade - % de Escolas
Fonte: DAVE/SEE/1996.

Novos Desafios e Perspectivas

Caminhando para o término do 3º ciclo de avaliações sistêmicas do rendimento do aluno (1p -92/93; 22 - 94/95; 34 - 96/97), o Programa de Avaliação Externa da Escola Pública de Minas Gerais registra avanços significativos, mas, por outro lado, deixa entrever importantes desafios a enfrentar. Ao final de cada ciclo de dois anos, têm-se incorporado ações corretivas, seja de caráter técnico, seja de natureza operacional, que vão balizando o *aperfeiçoamento constante e a aprendizagem contínua* que devem sempre orientar a *execução de* qualquer programa socioeducacional em desenvolvimento. Ao observador atento, no entanto (e, *nesse caso específico, estamos* nos referindo aos próprios planejadores e coordenadores da avaliação sistêmica, em constante e contínuo estado de auto-avaliação), não escapa a pontuação de alguns aspectos que estão a demandar *correções de rumos e de percurso* que, por si só, delineiam novos desafios que já não se podem ignorar.

Iniciemos por indicar *questões ligadas* ao próprio modelo operacional que estão a provocar desafios.

Redução do Tempo Entre a Coleta de Dados e a Divulgação dos Resultados

O tempo médio que intercala estas duas importantes fases do trabalho de avaliação de cada série escolar tem sido de seis meses, período considerado longo para um sistema educacional e escolar que, cada vez mais, necessita de fatos e dados, cientificamente apurados, para embasar suas decisões e ações. A questão que se coloca é: "Como reduzir esse prazo, sabendo-se que o processo de apurações de resultados (brutos e analisados) é lento, sobretudo porque o sistema carece de recursos tecnológicos mais adequados?". A complexidade do problema aflora quando se depara com a necessidade de se equipar a Secretaria da Educação, as Superintendências Regionais e escolas com recursos tecnológicos que lhes permitam o acesso aos resultados com a rapidez desejada. Apesar dos esforços envidados pelo Governo do Estado que, sem dúvida, tem priorizado a Educação e, apesar de já se terem propostas de solução, clara e detalhadamente explicitadas, somente agora medidas efetivas estão-se concretizando para a eliminação do problema.

Ampliação das Audiências e do Uso das Informações Disponíveis

O Programa de Avaliação tem produzido um grande e valioso volume de dados e informações. Embora já se tenha apurado que as escolas e algumas instâncias dos órgãos regionais e central têm, continuamente, se valido dos resultados das avaliações, julga-se que o uso das informações disponíveis ainda é pequeno em relação às suas próprias potencialidades. *Acredita-se que* o problema possa estar no trabalho de divulgação, interna e externamente, que agora poderá ser melhor estruturado, a partir das medidas de tecnologia deflagradas e implementadas. A produção e divulgação, em tempo hábil, de informes, relatórios e outros materiais adequados a todos os tipos de audiência permitiriam o conhecimento real da situação da Educação mineira de cada escola por toda a sociedade. A disseminação constante, ampla e irrestrita dos resultados tem sido comprometida pelo mesmo motivo alegado no item anterior: indisponibilidade de recursos tecnológicos que facilitariam o acesso aos dados e informações produzidos.

Capacitação de Professores e Simplificação do Formato de Apresentação dos Dados

Têm-se buscado continuamente, por um lado, a simplificação da *apresentação dos dados* e, por outro, a capacitação dos *"leitores" desses resultados*, sobretudo dos profissionais da escola, por meio de treinamento em serviço, de uso de manuais de orientação e de disseminação de informes e relatórios de pesquisas. Ainda assim, continua sendo foco de preocupação essa preparação do professor para a leitura dos dados e informações contidos nas tabelas, nos quadros e demais resultados que lhe chegam às mãos. É necessário que se atue em duas frentes: primeiro, na simplificação e, talvez, até redução da grande massa de dados que é repassada à escola e, posterior ou paralelamente, na ação intensiva de treinamento em serviço dos docentes para *preencher as lacunas* do processo de formação para o magistério e, especificamente, para a avaliação educacional.

Avaliação Sistêmica X Avaliação da Aprendizagem dos Alunos

Extrapolando os limites intrínsecos do Programa de Avaliação Sistêmica, situa-se o desafio que diz respeito à necessidade urgente de se reforçar o elo de ligação entre a avaliação macro, sistêmica, de competência do órgão central - Secretaria da Educação - e a avaliação da aprendizagem dos alunos, própria da escola e, mais especificamente, do professor em sua sala de aula. Em que medida se aproximam e se distinguem essas duas formas de avaliação educacional?

Por princípio, definiu-se, inicialmente, que o modelo de avaliação sistêmica devia ser integrado ao modelo institucional, ou seja, "entre ambos deve haver uma unicidade, sem a qual não se poderá afirmar que o ensino estaria concretizando seus objetivos, e nem que a avaliação estaria efetivamente constatando a experiência entre o ensino e o desempenho escolar" (VIANNA* et alii, 1993).

Pergunta-se hoje: em que medida essa unicidade recomendada está de fato acontecendo? A Escola e seus professores sabem como utilizar os dados e informações, originados da avaliação sistêmica, como mais uma referência para a avaliação institucional que orienta o "saber" e o "fazer" pedagógico que constroem com seus alunos? Há, ainda, muito que "saber" e que "fazer" nesse campo. A integração deve existir desde o âmbito central: as diretorias da área pedagógica têm de se integrar e atuar na mesma direção, seguindo-se então a intervenção, também integradora, dos órgãos regionais nas escolas, em sua tarefa de "superintender" o ensino na sua área de jurisdição.

Na Escola, há que se valei da avaliação sistêmica como referência geral que baliza a situação da escola globalmente considerada, em relação ao conjunto de conteúdos básicos essenciais de cada disciplina. É necessário assegurar que a avaliação educacional contribua de forma eficaz para a melhoria dos resultados do rendimento do aluno e conseqüentemente do desempenho da escola, estabelecendo, assim, a perfeita interação com a avaliação da aprendizagem que se produz no interior da escola. Uma e outra têm de se adequar aos padrões de qualidade preestabelecidos pelo Sistema e pela Escola para que, em última análise, possam informar se os alunos estão aprendendo e se essa aprendizagem vem acompanhando as necessidades e as expectativas da sociedade. Enquanto atividades dinâmicas e contínuas, ambas são geradoras de condições de atendimento às exigências do sistema e da própria comunidade e, por isso mesmo, devem estar voltadas para produzir transformações, crescimento e desenvolvimento da unidade escolar.

Muitas são as perspectivas futuras do Programa de Avaliação. Como parte integrante de um todo indivisível-a Política Educacional de Minas Gerais-, o Programa terá de continuamente estar se ajustando às diretrizes e prioridades da Secretaria da Educação. Como exemplo mais recente dessa necessidade de adequação a situações emergentes, situa-se a reprogramação urgente do próximo ciclo de avaliações sistêmicas, que se iniciará em 1998. A avaliação do CBA - Ciclo Básico de Alfabetização - terá de ser totalmente reformulada em decorrência da decisão política de se estender o citado ciclo à 3ª.série do Ensino Fundamental: não se poderá mais avaliar o aluno da 3ª. série simplesmente porque essa série escolar já não existe na estrutura do Ensino Fundamental.

Desafios e perspectivas estão sendo enfrentados. Secretaria da Educação e Superintendências Regionais têm-se esforçado, cada uma em seu nível de atuação, para oferecer às escolas, no âmbito da Avaliação Sistemática, aquilo que se propuseram desde a primeira experiência de avaliação: dados e informações privilegiados que lhes permitam refletir sobre sua situação, bem como planejar e executar ações que produzam como resultado um ensino de qualidade.

Conclusão

Em uma época em que as instituições de qualquer segmento estão tratando de melhorar radicalmente os seus resultados de desempenho, é imperativo considerar atentamente o benefício que pode resultar de um programa de avaliação da qualidade do ensino, que forneça indicadores eficazes de controle para toda a sociedade. Os cidadãos e a sociedade em seu conjunto reclamam cada vez mais por melhores informações sobre a situação do sistema educacional, e a avaliação se converte em um instrumento poderoso que contribui para o enriquecimento e o debate sobre a Educação e a realidade de nossas escolas.

Com aproximadamente seis anos de existência, o Programa de Avaliação de Minas Gerais marcou sua presença na Escola, avaliando o rendimento de seus alunos, por doze vezes, restando apenas as avaliações do final de 1997 para completar o 32 ciclo consecutivo de avaliação das cinco séries escolares selecionadas. Tendo sido estruturado de forma a garantir sua continuidade no tempo, o Programa de Avaliação já se incorporou ao calendário escolar e constitui parte integrante e atuante da política educacional do Estado. Graduais, constantes e significativos avanços já podem ser contabilizados e, além de seus benefícios específicos, há que se registrar sua contribuição indiscutível para a consolidação da cultura da avaliação e, paralelamente, para a derrubada dos mitos que impregnavam, negativamente, o modo de pensar e de agir da escola, da família e das comunidades durante décadas.

Credibilidade e aceitação revestem as avaliações do rendimento do aluno da escola pública mineira e, com certeza, os melhores indicadores de que estamos no caminho certo são a diminuição dos índices de repetência escolar e a melhoria do desempenho dos alunos nas avaliações externas. São resultados educacionais que não se podem atribuir somente ao Programa de Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais, mas este, certamente, compareceu com todo o seu esforço contributivo. O desenvolvimento de uma avaliação sistêmica e censitária só está sendo possível porque tem-se contado com a participação de todos; a atividade, desmitificada, tem sido compartilhada e de boa qualidade. A avaliação sistêmica, em Minas Gerais, é hoje uma necessidade e uma possibilidade, porque conta com o envolvimento e a participação de todas as categorias profissionais da comunidade escolar, bem como dos alunos, dos pais, dos cidadãos, e se constitui efetivamente em instrumento de credibilidade e legitimidade, promotor de mudanças significativas e necessárias ao contexto educacional.

Bibliografia

CONSED. *Políticas de qualidade na Educação Básica*. Brasília: CONSED, UNICEF, 1996. (Série Seminários).

FIRME, Thereza P Mitos na avaliação: diz-se que: *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v 2, out./dez. 1994.

GOULART, Íris B. Avaliação retoma ao cenário da Educação: a experiência de Minas Gerais. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 1, jul./set. 1994.

GUIA NETO, Walfredo S. dos Mares. *A política educacional de Minas Gerais: prioridades, compromissos, ações*. [s.l.]: SEEMG, 1994.

HOPKINS, David. *Evaluation for School development open University Pres.*. First Published 1989. Reprinted 1992. London: Great Britain.

HORN, Robin et alii. Establecimiento de sistemas de medición del rendimiento académico en América Latina: un análisis de los problemas y la experiencia más reciente. *Informe n(o) 9*, División de Recursos Humanos del Banco Mundial, septiembre de 1991.

MELLO, Guiomar, SILVA, Rose Neubauer. Seleção competitiva de diretores: estudo de caso de uma inovação educacional no Brasil. *Estudar em Avaliação Educacional*, São Paulo, n= 10, jul./dez. 1994.

SOUZA, M. A. A avaliação da escola pública do Estado de Minas Gerais. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 12, 1995.

VIANNA, H. M. Testes em Educação. São Paulo: IBRASA, 1982.

VIANNA, H. M., SQUÁRCIO, N. C., VILHENA, M. G. C. As escolas estaduais de M. G. e o CBA. *Estudar em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 6, jul./dez. 1992.

VIANNA, H. M., ANTUNES, A. L., SOUZA, M. A. Desenvolvimento de um programa de avaliação do Sistema Educacional do Ensino: o exemplo de Minas Gerais. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 8, jun./dez. 1993.